

RIO GRANDE DO NORTE: DO AÇÚCAR E DO GADO AO CENÁRIO ATUAL

RIO GRANDE DO NORTE: SUGAR AND CATTLE TO THE CURRENT SCENARIO

Boanerges de Freitas Barreto Filho*
Francisco do Ó de Lima Júnior**

RESUMO

Estudar a formação econômica é indispensável para se promover as transformações estruturais requeridas para mitigação das desigualdades socioeconômicas que afligem as populações da periferia do sistema capitalista. Tendo como eixo o processo de acumulação, o trabalho objetiva esboçar a trajetória de formação econômica do Rio Grande do Norte, dando-se ênfase à questão espacial das atividades econômicas (geograficidade) ao longo do tempo (historicidade).

PALAVRAS-CHAVE: *Acumulação. Formação econômica. Espacialidade das atividades. Rio Grande do Norte.*

ABSTRACT

Studying the economic education is essential to promote the structural changes required for mitigation of socio-economic inequalities that afflict populations on the periphery of the capitalist system. Having as axis the accumulation process, the work aims to sketch the trajectory of economic formation of Rio Grande do Norte, with emphasis on the question of economic activities space (geography) over time (historicity).

KEYWORDS: *Accumulation. Economic training. Spatiality of the activities. Rio Grande do Norte.*

INTRODUÇÃO

Desde o alvorecer das sociedades humanas até a atualidade, os seres humanos organizam as estratégias e as produções de provisões como elementos indispensáveis para suprimento das necessidades vitais e para satisfação de desejos. Neste aspecto, a estrutura montada reflete o grau de complexidade e organização dos grupos sociais ao longo do tempo nos diversos espaços geográficos,

* Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: boanerges.sms@hotmail.com.

** Professor da Universidade Regional do Cariri (URCA) e o do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Reitor da Universidade Regional do Cariri (URCA). Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: limajunioreconomia@gmail.com.

tornando-se necessária a sondagem histórica para evidenciação das conexões existentes entre as relações aparentes desempenhadas pelos grupos sociais, buscando revelar a essência dos fenômenos.

Os papéis que as classes sociais desempenharam no processo de acumulação foram condicionados pelo *status quo*, ou, em outras palavras, suas ações foram moldadas pelas condições em que se encontravam, pois não se desconhece e/ou desconsidera que a construção e consolidação das relações sociais constituídas na periferia ocorreram num macroambiente determinado. Neste sentido, tem-se que os mecanismos mobilizados pelas classes sociais desempenharam (e continuam desempenhando) papel relevante para forjar a estrutura existente nos diversos espaços.

Tem-se o seguinte problema: como se deu o processo de formação econômica do Rio Grande do Norte? Assume-se que a espacialização das atividades econômicas reflete o padrão de acumulação, considerando-se a importância da geografia para a análise sobre o Rio Grande do Norte, isso porque o espaço geográfico não é visto como um receptáculo ou um ambiente passivo, mas como fruto de relações sociais conflituosas e antagônicas. Reconhece-se a existência de forças em movimento e capazes de promover as potencialidades e capacidades específicas do espaço geográfico, muito embora subordinadas à lógica de expansão capitalista.

Tendo como eixo o processo de acumulação, objetiva-se esboçar a trajetória de formação econômica do Rio Grande do Norte, dando-se ênfase a questão espacial das atividades econômicas (geograficidade) ao longo do tempo (historicidade). A Divisão Social do Trabalho não ocorre em vazios a-históricos e a-geográficos; ao contrário, processa-se num ambiente dinâmico e multideterminado e, por isso, para alcançar resultados satisfatórios, tem-se que conhecer a essência dos fenômenos, considerando que tais manifestações se concretizam ao longo do tempo (história) e no espaço (geografia).

Este trabalho foi desenvolvido nas seguintes etapas: primeiro, efetuou-se uma pesquisa bibliográfica que possibilitou o entendimento sobre a formação econômica do Rio Grande do Norte, a espacialização das atividades produtivas e hierarquia urbana e a prospecção de alguns elementos teóricos sobre dinâmica territorial. Na etapa seguinte, procedeu-se ao levantamento de dados secundários (tabelas, gráficos e mapas) em sites oficiais, ao agrupamento dos assuntos para análise e interpretação e posterior conclusão.

Além da introdução, o trabalho se subdivide em 3 seções: a primeira trata da conquista territorial e das principais atividades produtivas num longo período dominado pela produção de bens primários, cujo processo de acumulação foi orientado pelo capital mercantil. A segunda seção se ocupa do processo de industrialização e dos esforços governamentais para a promoção do desenvolvimento potiguar. A terceira seção apresenta a regionalização e a hierarquia urbana potiguar, articulando-as com as dinâmicas territoriais. Por fim, apresenta-se a síntese da trajetória econômica potiguar.

A CONQUISTA DO TERRITÓRIO E AS PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS (1530-1930)

De acordo com Santos (2002), antes da fixação dos conquistadores portugueses em solo potiguar muitas incursões francesas foram realizadas para a retirada de madeira (pau-brasil) e procura de metais preciosos. A relação com os indígenas teria se dado de forma mais amistosa, tendo em vista que os franceses não tinham o propósito de se fixar nas terras. As incursões de franceses em terras brasileiras também foram mencionadas por André Thevet, cujo relato de uma suposta viagem realizada à colônia foi publicado por volta de 1585. Destaca Souza (2014, p. 424): “[Thevet] diz que as incursões eram guiadas por índios e que eram motivadas pelo desejo de encontrar metais (ouro, prata), pedras preciosas e corantes (pau-brasil, cochonilha etc.) etc.”

A pressão exercida por outras nações europeias, especialmente França e Holanda, em relação às terras da colônia contribuiu para que os portugueses buscassem estratégias para ocupação e proteção do espaço reclamado (Tratado de Tordesilhas). O alto custo para tal operação no vasto territorial colonial resultou no modelo de capitanias hereditárias. A Coroa portuguesa concedeu a posse das terras para que os donatários se responsabilizassem pelas despesas e, em contrapartida, mantivessem plenos direitos sobre as extensas faixas de terras, enquanto concentraria seus esforços no lucrativo comércio de especiarias (LAPA, 1982).

Em virtude do desinteresse de inúmeros donatários, o sistema de capitanias não assegurou à Coroa portuguesa o pleno domínio do território e a estratégia para exploração do pau-brasil passou a ser realizada no sistema de feitorias, em que o direito de exploração era concedido para aqueles particulares que estabelecessem a estrutura mínima para garantir o embarque da madeira. A relação de trabalho inicialmente estabelecida foi basicamente o escambo, trocando-se o trabalho dos indígenas por quinquilharias, posteriormente, assentando-se cada vez mais na escravização (LAPA, 1982).

De acordo com Felipe (2010), entre as quinze capitanias hereditárias concedidas estava a do Rio Grande, cuja exploração se iniciou em 1530 e que, além do atual estado do Rio Grande do Norte, abarcou parte das terras dos estados da Paraíba, Ceará, Piauí e Maranhão. A necessidade de ocupação e legitimação da posse da colônia foi determinante para que a Coroa portuguesa buscasse um caminho mais eficiente e lucrativo para a exploração das terras. A escolha recaiu sobre a agricultura, sendo a atividade canvieira adaptável ao tipo de solo e altamente rentável, em virtude dos elevados preços praticados no mercado europeu.

A conquista, de fato, das terras da capitania do Rio Grande se deu após luta renhida com as tribos indígenas que se juntaram (Confederação dos Cariris) para enfrentar o invasor, por volta de 1670, na chamada Guerra dos Bárbaros. Após a derrota e quase aniquilação dos revoltosos foi possível organizar as bases para a consolidação da empresa agrícola, através da produção nas áreas mais propensas ao cultivo da cana de açúcar (FELIPE, 2010). Ademais, os choques com os indígenas que se espalharam

pelo Sertão foram inevitáveis e a utilização das terras das ribeiras dos rios intermitentes para criação de gado selou o destino daqueles que tinham sobrevivido à primeira fase da exploração econômica.

As condições mais favoráveis para o cultivo da cana de açúcar estavam nas áreas em que predominavam as terras roxas, na denominada Zona da Mata. A dinâmica da atividade açucareira exigia a construção dos ambientes para funcionamento do engenho e edificações, como a senzala, as casas de feitores, a casa principal e demais construções destinadas a instalações de equipamentos acessórios para a produção do açúcar. Além disso, necessitava-se das terras para os canaviais, da lenha para alimentar as fornalhas, de animais de carga e da produção de alimentos para sustentação das pessoas e animais (ANDRADE, 2011).

A crescente demanda pelo açúcar produzido na colônia portuguesa resultou na consolidação da estratégia de ocupação a partir da empresa agrícola e diversos fatores favoreceram a expansão da “indústria açucareira”, com destaque para o domínio que os portugueses tinham do ciclo de produção, pois já exploravam a atividade na ilha de Açores, a quebra do monopólio veneziano, a disponibilidade de linhas de financiamento por parte dos holandeses, além da utilização de escravos negros trazidos da costa africana (FURTADO, 2003).

A nova dinâmica territorial favoreceu a intensificação da exploração das terras propícias ao cultivo da cana de açúcar e até a incorporação de alguns trechos das terras do Agreste (região de transição entre a Zona da Mata e o Sertão) nos momentos de pico da demanda (ANDRADE, 2011). O êxito da atividade açucareira foi determinante para a especialização produtiva que se estabeleceu nas terras da Zona da Mata e, conseqüentemente, modificou o quadro nas terras próximas aos núcleos produtores. A introdução da cana de açúcar e a criação de gado no início dos anos 1600, principalmente em Natal e entorno, marcaram o processo de ocupação econômica do solo potiguar. A estrutura inicialmente estabelecida obedeceu ao duplo comando: das condições edafoclimáticas e da lógica de acumulação mercantil, dada pela articulação entre a atividade açucareira (litoral) e criatória (sertão).

A criação extensiva de gado¹ foi articulada ao núcleo açucareiro. Margeando as ribeiras dos rios, ocupando os brejos de altitude, as chapadas e a caatinga, essas atividades aniquilaram os núcleos populacionais dos indígenas. O papel que a violência sanguinária não cumpriu se completou com a miscigenação e as ações catequistas. A atividade criatória não demandou tantos braços como a indústria açucareira e o trabalho com o gado não exigia dedicação total, permitindo o cultivo de alimentos para subsistência familiar dos vaqueiros/moradores das fazendas. O quadro se modificava quando era necessário transportar o rebanho para os centros consumidores ou transferi-lo para áreas adequadas nos períodos de estiagem mais intensa, demandando-se grande esforço e dedicação dos vaqueiros.

A abertura da fronteira em direção ao sertão facilitava a expansão vegetativa do rebanho, ainda que, em alguns períodos, este fosse castigado pelas secas mais intensas. A divisão do trabalho era simples:

¹ A criação de gado na região nordestina se desenvolveu de forma extensiva, penetrando pelo interior e fornecendo animais de carga e carne (que fazia parte da dieta dos escravos) para a atividade canavieira. A interdependência existente entre a atividade canavieira e a criatória foi muito bem explicitada em Furtado (2003).

os homens cuidavam do gado, as mulheres dos afazeres domésticos, juntos trabalhavam a terra para retirar os alimentos, inclusive se utilizando do trabalho das crianças. Com o trabalho da família, nos anos mais favoráveis, conseguia-se um pequeno excedente que era utilizado para a aquisição de vestuário ou algum utensílio para uso na lida. A vida do sertanejo era árdua e as secas intensas não vitimavam apenas o gado, como evidenciam os documentos referentes às chamadas grandes secas.²

A especialização produtiva determinou a dinâmica territorial. No litoral, a partir dos arredores de Natal, constituiu-se o polo produtor de açúcar que permitiu o impulso inicial de ocupação do território. Para o interior coube o atendimento da zona principal, especialmente, mediante o fornecimento de rebanhos para alimentação da população e como animais de tração e carga para a atividade açucareira. Tal dinâmica se coadunava com as estratégias do colonizador português e ações da Coroa reafirmavam e apoiavam os fundamentos da organização produtiva, fundada no latifúndio e na escravidão.

O açúcar para adoçar o paladar dos europeus, os rebanhos para viabilizar a indústria estabelecida na Zona da Mata, as salinas para garantir a carne seca para alimentar a população imbuída da produção. Enfim, a dinâmica territorial era reflexo da acumulação mercantil e condicionada de fora (Portugal). A mesma lógica se observa a partir do interlúdio do algodão para atender a demanda da Inglaterra, principalmente durante a Guerra de Independência dos EUA e a Guerra de Secessão. Depois, com o encaminhamento do algodão para as indústrias têxteis nacionais, tem-se a orientação para fora da área produtora, mas a maior acumulação de capital (ampliação da monetização do sistema) decorre do aproveitamento do caroço para fabricação de óleo comestível e ração para o gado e da exploração também em pequenas propriedades.

A lógica foi similar, de orientação para o mercado externo ao território potiguar, mas a dinâmica foi diferenciada, isso porque o ciclo do algodão³ representou um novo alento para a economia através da geração de excedentes, tendo em vista a estagnação/declínio do binômio açúcar-gado. A ampliação da circulação monetária⁴ proveniente da cultura algodoeira movimentou a economia, inclusive viabilizando o processamento do produto. A cotonicultura foi responsável pela instalação de empreendimentos de descaroçamento em várias cidades do Rio Grande do Norte e, conseqüentemente, pelo adensamento das atividades comerciais e de serviços.⁵ Assim, até a década de 1980, o algodão foi à atividade produtiva mais importante para a economia de boa parte dos municípios do Rio Grande do

² No século XIX, nove secas assolaram o Rio Grande do Norte, sendo a maior de todas elas a que ocorreu de 1877 a 1879 (SANTOS, 2002, p. 101).

³ Embora o cultivo do algodão tenha ocorrido desde a implantação das primeiras fazendas no sertão, a dinâmica inerente à cultura assume contornos relevantes a partir de eventos marcantes do século XVIII, como a Guerra de Independência dos EUA, a Guerra de Secessão (Guerra Civil nos EUA) e a Revolução Industrial, mas se prolongou até o último quartel do século XX (ARAÚJO, 2009).

⁴ No documento “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”, de autoria de Celso Furtado, apresentado pelo Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste, em 1967, afirma-se que a escassez relativa do fator terra (reflexo da concentração fundiária) e a menor acumulação de capitais foram consideradas as causas básicas do baixo nível de renda (baixa monetização do sistema) do Nordeste (Cf. BRASIL, 1967)

⁵ De acordo com Santos (2002), o povoamento efetivo do sertão potiguar ocorreu no século XVIII, com a concessão de terras para a formação de fazendas de criação de gado que acabaram por constituir as primeiras vilas (embriões das sedes de vários municípios).

Norte, inclusive permitindo a produção em pequenas propriedades. A desorganização da produção representou enorme dificuldade, especialmente porque o colapso da produção ocorreu em um momento de mudança de paradigma⁶ e de crise econômica significativa (25 anos de estagnação).

A estrutura econômica regional que emergiu, fundada na cultura do algodão, se tornou preponderante durante o século XIX e só perdeu espaço com as dificuldades enfrentadas pelo setor, em decorrência do acirramento da concorrência, da defasagem tecnológica e da descapitalização e, também, em virtude da praga do bicudo, que determinou a drástica redução da produtividade e a consequente inviabilidade econômica do plantio de algodão.

A desestruturação gradativa da atividade que se iniciou na década de 1970, com a abertura do mercado às importações, passando por vários períodos de secas nas décadas de 1970 e 1980, e, principalmente, pelo estabelecimento definitivo do bicudo (BELTRÃO, 2003), tudo junto significou, na prática, a inviabilização econômica da grande maioria dos municípios potiguares, que continuaram a existir graças às transferências de recursos federais (principalmente) e estaduais.⁷

A INDUSTRIALIZAÇÃO E AS MIRAGENS DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL (1930-2015)

Após a derrocada do algodão, a economia do Rio Grande do Norte caracterizou-se, grosso modo, pela existência de certas áreas e setores considerados modernos e competitivos – mais precisamente aqueles setores e áreas eleitos pelos governos como merecedores de incentivos e investimentos em infraestrutura, bem como, aqueles com atividades produtivas estagnadas e/ou em decadência (setor agropecuário⁸) –, outros incipientes (setor industrial) e por uma hipertrofia do setor de serviços (dependente substancialmente de transferências de recursos públicos).

Araújo (2009) apresenta as taxas médias de crescimento do PIB industrial e agropecuário para o período de 1939-1955 (Tabela 1), demonstrando como a expansão da agropecuária foi mais do que o dobro da taxa da indústria no Rio Grande do Norte, contrastando com a maior pujança do setor industrial em São Paulo e também abaixo das médias do país e do Nordeste:

Tabela 1 – Taxas Médias de Crescimento do PIB Industrial e Agropecuário no Período de 1939/1955 (%)

BR		NE		SP		RN	
Agropecuária	Indústria	Agropecuária	Indústria	Agropecuária	Indústria	Agropecuária	Indústria
5,6	6,2	3,5	3,3	6,6	8,5	5,4	2,4

Fonte: IPEADATA/IBGE (Vários Anos) *apud* Araújo (2009, p. 51).

⁶ A reestruturação produtiva, a acumulação flexível e o neoliberalismo passaram a dominar os debates e orientar as ações dos governos.

⁷ A derrocada da economia algodoeira e a afirmação da crise fiscal que perdurou por quase duas décadas resultaram na fragilização da economia regional. A sobreposição do desmonte da economia algodoeira e a incapacidade de intervenção do Estado intensificaram os graves problemas sociais existentes.

⁸ Ressalvando-se mais uma vez os empreendimentos “modernos” que foram implantados a partir de pesados investimentos em infraestrutura e incentivados pelos governos.

Nunes, Filippi e Godeiro (2006), ao traçarem o perfil da economia potiguar, afirmam:

O estado do Rio Grande do Norte tinha até a década de setenta sua base econômica sustentada principalmente nas seguintes atividades: pecuária, cana-de-açúcar, algodão e extração de sal marinho. A partir das décadas de 1980 e 1990 vem se agregar à economia do estado a extração de petróleo e de gás natural onde, além da produção de óleo e gás natural, registra-se a operação de segmentos importantes de um complexo industrial mais diversificado, dentre esses segmentos a indústria têxtil (NUNES; FILIPPI; GODEIRO, 2006, p. 2-3).

Com base econômica dependente de produtos primários até a década de 1970, percebe-se o distanciamento do estado em relação aos congêneres do Sudeste. Neste sentido, é importante expor as estratégias dos governos e do setor privado para a captação de recursos através dos mecanismos de incentivos fiscais e, também, para realização de investimentos pontuais.

Durante as primeiras décadas do século XX as intervenções se restringiram ao enfrentamento das secas mais severas, com distribuições de alimentos e outros socorros públicos (frentes de trabalho emergenciais), além da realização de obras de açudagem, transportes e iluminação pública. As ações governamentais serviram como instrumento para reafirmação das oligarquias políticas, controladoras da terra e da água e das ajudas públicas (BARBOSA, 2015).

Araújo (2009) abordou a estrutura industrial do Rio Grande do Norte, ressaltando o seu perfil pouco diversificado e de baixa produtividade, no início da década de 1930, destacando a indústria de alimentos (fabricação de açúcar, de farinha e moagem de cereais), vestuário (fabricação de calçados de couro), cerâmica (olaria e cal), química (fabricação de sabões e velas) e têxtil (beneficiamento do algodão). Em 1939, a extração de sal marinho, a indústria têxtil e de alimentos, a produção de energia elétrica, gás e fornecimento de água abarcavam 87% do produto industrial potiguar, devendo-se considerar ainda sua pequena representatividade (4,2% do produto industrial nordestino e apenas 0,4% do nacional) (ARAÚJO, 2009, p. 64-65).

É verdade que o Rio Grande do Norte ainda tinha um longo caminho, tendo em vista que o interior potiguar não dispunha de um insumo básico para alavancar o desenvolvimento: a energia elétrica. Em 1952, o então deputado Aluísio Alves apresentou projeto para implantação do sistema Cariri-Mossoró, tendo como justificativas a necessidade de modernização das salinas e o fornecimento de energia para atender a ferrovia Areia Branca-Sousa (BARBOSA, 2015). O deputado obteve êxito em seu plano e, no ano de 1960, foi eleito governador. Antes, em 1959, foi elaborado o primeiro estudo sobre desenvolvimento regional com foco no Rio Grande do Norte, no qual constava uma exposição sucinta sobre as situações econômica, demográfica, geográfica e sobre as principais atividades produtivas. No mesmo ano, por iniciativa de Aluísio Alves, foram elaborados os planos regionais do Agreste Potiguar e do Oeste Potiguar. Tais informações reunidas serviram como elementos para atuação do governo de Alves, cujo financiamento de algumas ações ocorreu através do governo americano, por meio do

programa Aliança para o Progresso.⁹ Concomitantemente, o governador encaminhou técnicos estaduais para receberem qualificação no Recife e no Chile para atuarem junto à Superintendência para o desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), alinhados à estratégia e capazes de cumprir as exigências da Superintendência (BARBOSA, 2015).

A diretriz da industrialização passou a ser a resposta governamental para a superação do atraso econômico das demais regiões em relação ao Sudeste. O Rio Grande do Norte seguiu o caminho existente, mas com enormes dificuldades para captação de recursos, situação evidenciada pelo fato de somente a partir de 1962 conseguir a aprovação de projetos na SUDENE (dois projetos). De 1962 até 1967, foram aprovados apenas 28 projetos para o Rio Grande do Norte. No mesmo período, a Paraíba aprovou 96, Ceará 106, Bahia 154 e Pernambuco 258 projetos (BARBOSA, 2015).

Apesar da participação mais modesta do estado na captação de recursos, foram aprovados projetos industriais para Natal, Mossoró, Parnamirim, Macau e São Gonçalo do Amarante, delineando-se a concentração espacial das atividades industriais no entorno da capital potiguar que, ao longo do tempo, reafirma a tendência de metropolização. A espacialização das atividades produtivas orientou as intervenções governamentais e, pelo processo cumulativo, adensou e concentrou ainda mais as estruturas existentes. A região salineira recebeu a ferrovia que ligava Areia Branca, no Rio Grande do Norte, a Sousa, na Paraíba, além de um porto para o escoamento do sal, um aeroporto e um distrito industrial (os dois últimos em Mossoró). As grandes barragens receberam os perímetros irrigados (Assú, Pau dos Ferros e Apodi), a área de exploração do petróleo recebeu uma pequena refinaria (Guamarê), oleodutos, gasodutos e termoelétrica, enquanto a Região Metropolitana de Natal recebeu distritos industriais (Natal e Macaíba), aeroportos (Parnamirim e São Gonçalo do Amarante), porto e rodovias, evidenciando-se a tentativa de promover o desenvolvimento a partir de alguns polos, conforme teorizado por Perroux.¹⁰

A partir das décadas de 1980 e 1990 ocorreu o incremento da exploração de óleo e gás, com rebatimentos importantes nas economias de alguns municípios, tornando-os diferenciados em virtude do recebimento de receitas adicionais significativas.¹¹ Silva e Aquino (2016) analisaram a geração de receitas oriundas da atividade petrolífera comparando-a com alguns indicadores socioeconômicos dos municípios produtores e concluíram que ocorreu crescimento econômico expressivo, mas com indicadores de desenvolvimento abaixo da média estadual para o período analisado, ou seja, as receitas adicionais não se reverteram em melhorias socioeconômicas para as populações dos municípios petroleristas.

⁹ Mecanismo criado pelo governo americano para repasse de recursos aos governos, inclusive estaduais, com o objetivo de promover o progresso. Na verdade, para muitos, constituiu-se num instrumento para reduzir as pressões sociais e minimizar os riscos de experiências comunistas na América.

¹⁰ “Para Perroux, o Pólo de Desenvolvimento se caracteriza pela predominância de uma atividade econômica especializada e homogênea, sendo a própria unidade motriz, ou o conjunto de várias delas, responsáveis por provocar desequilíbrios, os quais fazem com que o desenvolvimento não seja conseguido se não houver uma organização consciente de meio de propagação de seus efeitos” (NUNES; SCHNEIDER, 2016, p. 4).

¹¹ Os alentos externos que ocorreram no período foram a promulgação da Constituição Federal em 1988 e os efeitos iniciais redistributivos que ocorreram em favor das esferas subnacionais e o controle da hiperinflação que se deu a partir do estabelecimento do Plano Real.

Nunes, Filippi e Godeiro (2006) afirmam que, ainda nas décadas de 1980 e 1990, emergiram outras atividades, como a fruticultura irrigada, a carcinicultura e o turismo, com participações importantes na economia potiguar. Pode-se acrescentar, já mais recentemente, a geração eólica. Contudo tais atividades não foram capazes de modificar substancialmente a realidade da maioria da população tendo em vista a clara orientação para fora, com incremento na balança comercial e remessas de lucros para os controladores de capitais situados fora do Rio Grande do Norte.

O último quartel do século XX e os primeiros anos do atual século foram marcados por governos que alardearam seus projetos como representativos de um novo momento para o Rio Grande do Norte. A mudança do quadro, ao menos nos discursos, ficaria patente nas marcas administrativas, ou, em outros termos, seria percebida pelo povo através das ações de cada governante (governador da “energia”, do “leite”, da “segurança”, das “águas”, da “Ponte”, da “Arena”), mas a participação da economia estadual não se alterou significativamente, conforme se depreende das informações expostas na Tabela 2. Como se pode observar, a economia potiguar permaneceu em 1,1% do PIB nacional e avançou 0,4% na participação no Nordeste até meados da década de 1990.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto do Brasil, do Nordeste e do Rio Grande do Norte.

Ano	Brasil*	NE*	RN*	RN/NE (%)	RN/BR (%)
1990	515.931	91.429	5.412	5,9	1,1
1991	517.535	93.705	5.764	6,1	1,1
1992	513.258	91.429	5.753	6,2	1,1
1993	534.643	90.143	5.777	6,4	1,0
1994	565.118	98.949	6.234	6,3	1,1

Fonte: ADENE (1999). Secretaria de Planejamento do RN *apud* Alencar Jr. (2002, p. 30).

Nota: (*) Em US\$ 1.000.000.

Os diversos governos foram prodigiosos em criar expectativas e construir planos para promoção do desenvolvimento, embora, na prática, as ações governamentais quase sempre tenham sido reativas para mitigar algum problema ou se aproveitaram de oportunidades de captação de recursos a partir das estratégias nacionais ou organismos internacionais.¹² Inserem-se nestes casos as construções de rodovias (priorização do modal rodoviário pelo governo federal), as obras de estrutura hídrica (solução hidráulica de combate à seca), os ramais ferroviários, alguns pequenos polos industriais (industrialização incentivada via SUDENE e, depois, por isenções, através das desonerações tributárias e outras vantagens oferecidas às esferas subnacionais), a criação ou incentivo de algumas áreas mais dinâmicas (fruticultura irrigada, modernização de usinas e salinas, turismo, carcinicultura, exploração do petróleo). Enfim, os governos buscaram a expansão de algum setor ou área, mas sem coordenação no plano estadual e, quase sempre, apresentando reduzidos impactos na modificação substancial do quadro socioeconômico.¹³

¹² O Programa de Recursos Hídricos (PRH) do governo de Garibaldi Alves (1995-2002) contou com recursos do Banco Mundial e os governos de Wilma de Faria (2003-2010) e Rosalba Ciarlini (2011-2014) também buscaram o financiamento do Banco para realização de investimentos em algumas obras públicas e em tentativas de adensamento de cadeias produtivas. O "RN Sustentável", projeto executado pelo governo de Robinson Faria (2015-2018), contou com a mesma fonte de financiamento.

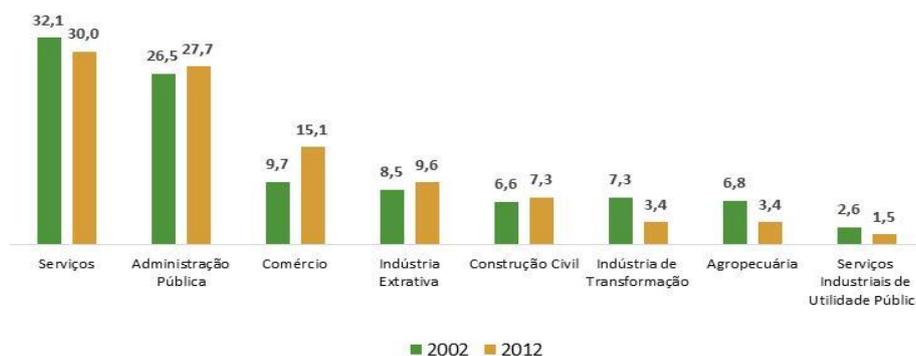
¹³ Araújo (2009) aponta que a ação da SUDENE não foi capaz de alterar substancialmente a estrutura socioeconômica existente em virtude do comando do processo se subsumir aos interesses do capital sudestino e pela cumplicidade da elite local em satisfazer seus interesses na acumulação mercantil.

Propalaram-se ações como o “enterro das lamparinas”¹⁴, a distribuição de alguns animais, geralmente bovinos, para os pequenos proprietários, os incentivos para algumas cadeias eleitas pelos governantes (leite, cajucultura, caprinovinocultura, turismo etc.)¹⁵, a construção de adutoras (obras viabilizadas pela privatização da empresa de distribuição de energia elétrica do Rio Grande do Norte) e algumas obras públicas emblemáticas (Ponte de Todos, Arena das Dunas). Enfim, muito dispêndio de recursos e resultados modestos, especialmente, quando cotejados com a ideia de “projeto social”, conforme proposição de Furtado.¹⁶

Tornou-se comum, a partir do governo de Garibaldi Alves, o anúncio de projetos audaciosos e que se tornariam, no discurso, a redenção potiguar. Muito dinheiro foi gasto na elaboração dos planos Plano de Recursos Hídricos (PRH), Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR), Desenvolvimento Solidário, Agenda do Crescimento, Plano de Desenvolvimento Sustentável Regional (Seridó, Agreste, Alto Oeste), RN Sustentável, Mais RN (apresentado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte – FIERN), Programa de Investimento Logístico.

O Gráfico 1 mostra a estrutura produtiva recente da economia potiguar (comparativo 2002-2012), com queda na participação da indústria de transformação e da agropecuária e um acentuado crescimento da participação do comércio. O setor de comércio e serviços (inclui administração pública) passou de 68,3% (2002) para 72,8% (2012), representando uma tendência preocupante, principalmente pela relevância crescente da administração pública para a geração de empregos formais.

Gráfico 1 – Estrutura Produtiva Básica da Economia Potiguar – % do Valor Adicionado Bruto – 2002/2012



Fonte: IBGE (vários anos) *apud* FIERN. *Programa Mais RN* (2016). Disponível em: <http://www.maisrn.org.br/perfil-rn/diagnostico-socioeconomico/>. Acesso em: 02 jun. 2017.

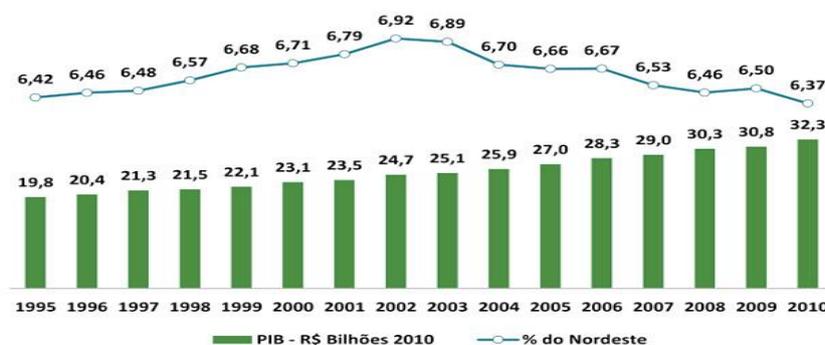
¹⁴ Expressão cunhada pelo governador José Agripino Maia para alardear um programa de eletrificação rural.

¹⁵ O Polo Serrano é um colegiado composto por diversas entidades com atuação na área do turismo regional. Desconheço uma mísera ação que tenha surgido da articulação do grupo. Fala-se muito do Teleférico de Martins. Cidades como Portalegre e Martins, com evidentes diferenciais turísticos, já tiveram que suspender diversos eventos por falta de apoio do governo estadual.

¹⁶ “Disponer de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento” (FURTADO *apud* VEIGA, 2005, p. 82, grifo nosso).

O Gráfico 2 demonstra como a crescente participação da economia potiguar na economia nordestina, verificada desde o início da década de 1990, esgota-se no ano de 2002. A partir de então, como se pode observar no mesmo mapa, declinou até 2010, retroagindo, no referido ano, ao percentual alcançado em 1994.

Gráfico 2 – Evolução do PIB do Rio Grande do Norte e participação no PIB do Nordeste (1995-2010)



Fonte: IBGE (vários anos) *apud* FIERN. *Programa Mais RN* (2016). Disponível em: <http://www.maisrn.org.br/perfil-rn/diagnostico-socioeconomico/>. Acesso em: 02 jun. 2017.

Na Tabela 3 observa-se que, em 2011, a participação voltou a crescer, mas caiu em 2012, alcançando o percentual mais elevado da série em 2013 e caindo novamente em 2014. Para o quadriênio 2011-2014 a participação do estado no PIB nacional oscilou entre 0,9% e 1,0%, mantendo-se num percentual um pouco inferior ao alcançado na primeira metade da década de 1990 (Cf. Tabela 2)

Tabela 3 – Produto Interno Bruto do Brasil, do Nordeste e do Rio Grande do Norte.

Ano	PIB Brasil*	PIB NE*	PIB RN*	RN/NE (%)	RN/BR (%)
2011	4.040.287	544.008	38.130	7,00	0,9
2012	4.460.460	600.800	41.228	6,86	0,9
2013	4.959.435	673.083	48.482	7,20	1,0
2014	5.358.488	744.941	52.336	7,02	1,0

Nota: (*) R\$ Bilhões de 2010.

Fonte: IBGE – Contas Regionais (2011-2014).

Os dados expostos no Gráfico 3 evidenciam que a estrutura econômica do Rio Grande do Norte, com algumas alterações quantitativas, jamais conseguir alavancar uma participação mais consistente do setor industrial na composição do PIB, delineando-se uma hipertrofia do terciário, com peso cada vez maior da administração pública, especialmente nos municípios do interior. Neste sentido, não é exagero afirmar que as estratégias para promoção do desenvolvimento, através da ampliação e diversificação da base produtiva, não lograram êxito.

O comando do processo atendeu aos interesses do capital do Centro Sul, com a integração subordinada e complementar da estrutura nordestina, na qual o Rio Grande do Norte desempenha papel bastante modesto. As alterações no padrão de acumulação do capital, de agrário exportador para

comercial e especulativo, não resultaram em dinamização e ampliação da base produtiva. Os segmentos produtivos que avançaram, como petróleo, fruticultura irrigada, carcinicultura etc., mantiveram-se sob o controle de capitais externos, funcionando quase como verdadeiros enclaves e à mercê de decisões de investimentos e/ou desinvestimentos (caso atual da Petrobras) com baixas perspectivas de coordenação e/ou interferências de forças locais.

Gráfico 3 – Evolução da Estrutura Produtiva da Economia do Rio Grande do Norte (%) no Valor Adicionado Bruto (2002/2012).



Fonte: IBGE (vários anos) *apud* FIERN. *Programa Mais RN* (2016). Disponível em: <http://www.maisrn.org.br/perfil-rn/diagnostico-socioeconomico/>. Acesso em: 02 jun. 2017.

Ilustrativa da audácia dos governantes potiguares, a Agenda do Crescimento, do governo de Wilma de Faria, idealizou investimentos de R\$ 15 bilhões. A megalomania foi tanta que a Agenda foi lançada em São Paulo. Foram anunciadas a instalação de refinaria da Petrobrás, ramal potiguar da Ferrovia Transnordestina, metrô para Natal, portos, ferrovias, Zonas de Processamento Especiais, Polos Industriais, Terminal Pesqueiro de Natal, projetos de mineração, dentre outras ações. Os governantes conseguiram tirar do papel: o Aeroporto de São Gonçalo (ainda subutilizado e sem os dois acessos concluídos), a expansão da pequena Refinaria Clara Camarão (comprometida pela mudança estratégica da Petrobras, com redução dos demais projetos para priorizar o Pré-Sal), a Ponte de Todos, alguns projetos de energia eólica (comprometidos pela falta de linhas de transmissão) e a famigerada Arena das Dunas (estádio construído na gestão de Rosalba Ciarlini para alguns jogos da Copa de 2014).

Planeja-se com total alheamento da realidade fisco-financeira e muito não se executa. Os governos funcionam constantemente imersos em problemas do dia a dia e se orientam pela administração da rotina e pelo calendário eleitoral. E o resultado é a existência de algumas poucas áreas mais dinâmicas, ancoradas em setores mercedores de benefícios públicos, mas com baixa capacidade de transformar a realidade para a maioria da população e muito distantes de um verdadeiro “projeto social”. O não desenvolvimento do Rio Grande do Norte é o traço mais visível das ações das forças conservadoras que se apropriaram da estrutura estatal para viabilização dos seus interesses.

A DIVISÃO ESPACIAL E A HIERARQUIA URBANA NO RIO GRANDE DO NORTE

A formação de boa parte dos municípios potiguares remonta ao domínio dos sertões pelo conquistador, preponderantemente margeando os principais cursos de água existentes (rios intermitentes como o Apodi).¹⁷ Os sesmeiros conseguiram as doações das terras em função da aproximação que tinham com os representantes da corte portuguesa e o impulso para a ocupação foi proveniente da expansão da criação de gado nas regiões já dominadas pelos colonizadores. Ao requisitarem a doação das terras, já informavam o propósito de utilizá-las na criação de gado, sendo-lhes permitido o domínio das terras e a articulação estratégica com a atividade canavieira no litoral (IBGE, 2013).

Sobre a dinâmica de acumulação decorrente do modelo de exploração colonial, Araújo (2009) adverte:

A herança colonial exportadora do Complexo Nordeste impregnou na região uma dinâmica específica de acumulação que tinha a demanda externa como o principal determinante da expansão da economia regional. Essa herança fora reproduzida nos séculos subsequentes, reafirmando a estrutura produtiva montada no século XVI – concentração da propriedade da terra e da renda, prioridade à agricultura de exportação, manutenção marginal/funcional da agricultura de subsistência e imposição de um sistema político regional que se assemelhava a um tipo plutocrático – que contribuiu para uma baixa divisão social do trabalho e uma organização territorial marcada por baixa urbanização (ARAÚJO, 2009, p. 14).

A herança colonial legou uma estrutura produtiva que não exigiu um processo de urbanização acentuado. Contudo, como não poderia ser diferente, as vilas e os povoamentos no Rio Grande do Norte surgiram em decorrência de tais atividades produtivas. Natal, capital potiguar, formou-se no entorno de um forte e uma igreja, situada na região produtora de cana de açúcar, consolidando-se ao longo do tempo como principal polo econômico e com maior concentração populacional. A segunda cidade mais populosa do estado, Mossoró, foi constituída a partir da exploração de salinas, que favoreceu a fabricação de carne de charque (associação com a pecuária) e o conseqüente florescimento como centro comercial. Associada à expansão da pecuária ocorreu a implantação de importantes cidades, como Caicó (até hoje reconhecida pela excelência da carne de sol), Currais Novos e Pau dos Ferros (nomes alusivos às origens atreladas à pecuária) e Ouro Branco (associada ao ciclo do algodão).

Araújo (2009) afirma que a cultura algodoeira contribuiu decisivamente para o processo de urbanização nordestina, tendo em vista que foi estruturada com o trabalho assalariado nas grandes propriedades e trabalho familiar nas pequenas:

Sob o ponto de vista da urbanização nordestina, depois da pecuária, [o algodão] foi a cultura que mais contribuiu para o seu dinamismo, pois dela fora irradiado sem-número de atividades que passaram a ser eminentemente urbanas como, por exemplo: beneficiamento, comercialização, e fabricação de sacaria, de tecidos etc. (ARAÚJO, 2009, p. 18).

¹⁷ Os caminhos do gado, em especial, os locais escolhidos para instalação das sedes das fazendas, bem como, os locais utilizados para o pousio do gado deram origem a boa parte dos municípios do Rio Grande do Norte (CLEMENTINO, 1995).

Araújo (2009) destaca a relação direta entre o processo de urbanização e a estrutura econômica:

Afirma-se que a urbanização da região e, portanto, do Rio Grande do Norte, esteve secularmente submetida aos desígnios de sua estrutura econômica, política e social. Ou seja, no litoral conformou-se uma estrutura econômica primária pouco diversificada: basicamente agricultura canavieira e, em proporção menor, a agricultura de subsistência. Bem mais tarde, ao avançar do século XIX, nos momentos de pico dos preços internacionais do algodão, concedia-se espaço para essa cultura. O interior compunha-se de criação de gado, agricultura de subsistência e algodão (ARAÚJO, 2009, p. 1-2).

O autor oferece explicações para o atraso econômico potiguar: é uma região histórica e estruturalmente subdesenvolvida, marcada pelo “predatorismo do capital mercantil”, vitimada pela ganância das oligarquias locais e de suas estratégias em realizar a acumulação de riqueza na seara da circulação e, por fim, insere-se na área do polígono das secas (ARAÚJO, 2009, p. 68).

A descrição do quadro geral, aparentemente homogeneizado, não permite a qualificação adequada da realidade e da diversidade territorial. Faz-se necessário conhecer as estruturas e dinâmicas, bem como, as relações e processos ao longo do tempo. A intensificação das relações com o centro consolida a homogeneização e a dinâmica territorial expressa as características inerentes a esta fase do processo de acumulação do capital. Ressalte-se que a relação é dinâmica, embora condicionada (circunscrita ao modo de produção capitalista), portanto não se deve inferir que a homogeneização se refere ao espaço, passando a interpretá-lo como nivelado ou algo do gênero, pois não é isso que se verifica (o território homogeneizado é, por essência, heterogêneo). A homogeneização diz respeito ao processo de absorção do território e, por não existirem diferentes capitalismo (apenas estágios diferenciados), e se consolida o único padrão característico do modo de produção capitalista, fundado na acumulação.

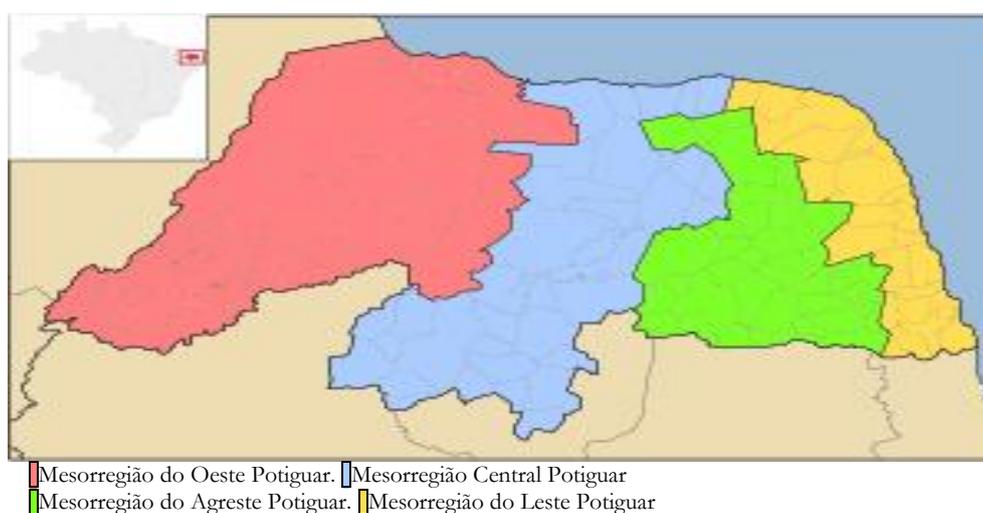
Sabe-se que o território não é apenas geográfico ou econômico e que suas múltiplas dimensões requerem olhares e saberes transdisciplinares, contudo a dinâmica territorial é intrinsecamente subordinada às atividades econômicas prevalentes, tendo em vista que é o “movimento concreto do capital” que modula o uso do território.¹⁸ Argumenta Brandão (2007, p. 10):

Território, escalas e desenvolvimento são construtos sociais conflituosos – são produções humanas coletivas, dinâmicas, multidimensionais, contando com variados agentes e trajetórias históricas em disputa, em movimento processual e em aberto. Está-se diante de um campo complexo de determinações: paradoxos, tendências e contrarrestação de tendências, um jogo de negações e reafirmações que envolve a enorme contradição dialética entre fixidez-fluidez do movimento concreto do capital e o uso que este faz do território em suas múltiplas e variadas escalas espaciais.

¹⁸ A subordinação pressupõe a aceitação de uma hierarquia funcional do território usado, ilustrando-se através da especialização produtiva que remete as inúmeras possibilidades para o escrutínio de experiências à luz da Divisão Territorial do Trabalho. A modulação no uso do território permite a ocorrência de movimentos diversos de (re)acomodação das estruturas produtivas, conferindo alguma margem de mobilidade na escala hierarquizada. O deslizamento para baixo ou para cima pode ser observado, por exemplo, numa área em que se localiza algum recurso natural que eleva o *status* e após o esgotamento da exploração deixa um rastro de degradação e abandono.

A dinâmica territorial, condicionada pelo contexto externo (interrelações e/ou dependência) e pelo espaço natural, enseja uma visão analítica diferenciada acerca da heterogeneidade e complexidade existentes. Neste sentido, têm-se algumas possibilidades para se realizar a divisão territorial, compatibilizando-as aos diferentes objetivos. A regionalização oficial do Rio Grande do Norte adotada pelo IBGE divide o estado em quatro mesorregiões e 19 microrregiões, demonstradas, respectivamente, na Figura 1 e Figura 2 De acordo com os mapas, a mesorregião do Oeste Potiguar tem sete microrregiões e 62 municípios; a do Agreste Potiguar tem três microrregiões e 43 municípios; a Central Potiguar tem cinco microrregiões e 37 municípios e a Leste Potiguar tem quatro microrregiões e 25 municípios (IBGE, 2016).

Figura 1 – Mesorregiões do Rio Grande do Norte



Fonte: ABREU, R. L. de. *Mapa do Rio Grande do Norte destacando as mesorregiões do estado em cores diferentes*, 2011. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:RioGrandedoNorte_Mesoregions.svg; Acesso em: 20 fev 2016.

Figura 2 – Microrregiões do Rio Grande do Norte



Fonte: ABREU, R. L. de. *Mapa do Rio Grande do Norte destacando as microrregiões do estado em cores diferentes*, 2012. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Microrregi%C3%B5es_do_Rio_Grande_do_Norte.svg. Acesso em: 20 fev. 2016.

O Alto Oeste Potiguar ou a região do Alto Oeste Potiguar, formada pelos municípios das microrregiões de Pau dos Ferros (17 municípios), Umarizal (11 municípios) e São Miguel (09 municípios), totalizando 37 municípios, pode ser considerada uma região de planejamento, tendo sido utilizada pela Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Norte quando da elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Alto Oeste Potiguar (IICA, 2006). Essa regionalização tem sido utilizada também por pesquisadores de grupos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus de Pau dos Ferros¹⁹, tais como Dantas e Silva (2011), Bezerra (2013) e Dantas (2014).

A velocidade com que as mudanças ocorrem parece crescente e a (re)configuração regional frente aos novos contextos internacional e nacional impõem novas questões sobre a dinâmica territorial, especialmente sobre o papel desempenhado pelos municípios polarizadores.

O IBGE realiza estudos periódicos sobre o papel desempenhado pelas cidades na chamada Rede Urbana, demonstrando as posições que ocupam na hierarquia dos centros urbanos e a influência que exercem nos entornos, como se pode observar no Quadro 1.

Quadro 1 – Hierarquia dos centros urbanos no Rio Grande do Norte

Tipologia	Caracterização	Ocorrência no RN
Capital regional A	Tem área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Constituído por 11 cidades, com medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos.	Natal
Capital regional C	Tem área de influência de âmbito regional, sendo referida como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Constituído por 39 cidades com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos.	Mossoró
Centros sub-regionais A	Têm área de atuação mais reduzida e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. Constituído por 85 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos.	Caicó e Pau dos Ferros
Centros sub-regionais B	Têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. Constituído por 79 cidades, com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos.	Currais Novos e Assú
Centros de zona A	Com atuação restrita à sua área imediata, exercem funções de gestão elementares; 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos.	João Câmara e Macau
Centros de zona B	Com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares; 364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos.	Canguaretama, Passa e Fica, Santa Cruz, Santo Antônio, São Paulo do Potengi, Parelhas, São Bento, Alexandria, São Miguel, Apodi, Patu, Umarizal
Centros locais	As demais 4 473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8 133 habitantes).	157

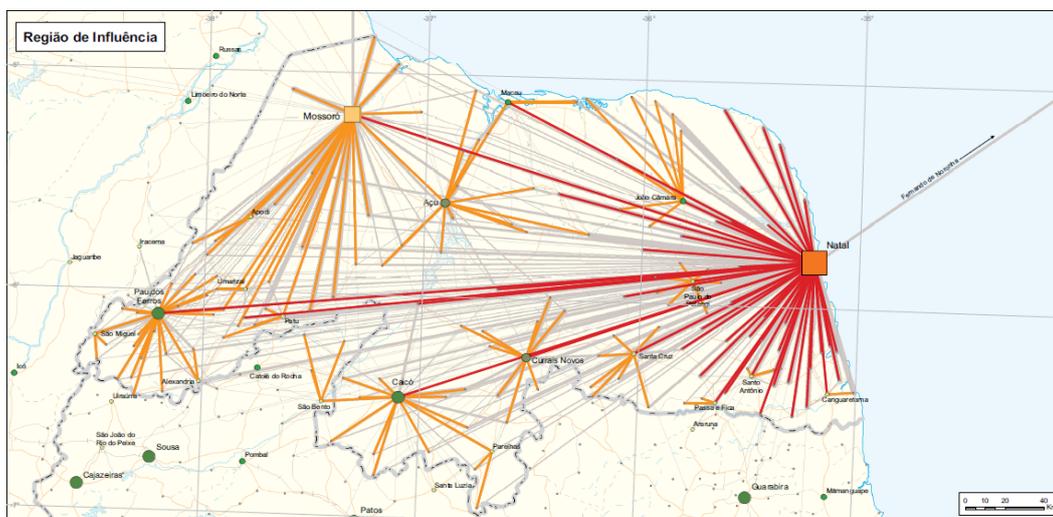
Fonte: IBGE (2008).

¹⁹ Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia, Cultura e Território (GEPECT) e Núcleo de Estudos em Geografia Agrária e Regional (NUGAR).

São diversos os propósitos para a realização das pesquisas, mas o objetivo central é a produção de dados e informações confiáveis que possam servir de suporte ao planejamento estatal e assegurar maior eficiência e eficácia na alocação dos recursos escassos, bem como, melhor distribuição dos serviços e equipamentos públicos (IBGE, 2008). As informações apresentadas no Quadro 1 não se referem à tipologia completa do IBGE, mas apenas às categorias nas quais o Rio Grande do Norte se insere como área de influência de Fortaleza-CE e Recife-PE.

A hierarquia urbana no Rio Grande do Norte é marcada pela força da capital, Natal. A preponderância da capital é demonstrada no estudo “Regiões de Influência das Cidades” (2008), no qual fica demonstrado que todos os demais 166 municípios potiguarenses são influenciados por ela, em maior ou menor grau. A vinculação mais evidente é a subordinação administrativa, tendo em vista que é a sede do governo estadual. Ademais a concentração populacional e econômica ilustra o poder exercido pela capital (IBGE, 2008). A Figura 3 apresenta as cidades regionais com maior poder de polarização sobre os entornos, configurando-se o padrão espacial de acumulação no estado a partir das estruturas econômicas existentes, cuja primazia, exercida especialmente por Natal, sugere a ampliação da diferenciação intrarregional em virtude do efeito concentrador inerente a tais centros.

Figura 3 – Região de Influência de Natal-RN



Fonte: IBGE (2008).

A hierarquia é bem conhecida²⁰ e o ritmo é ditado a partir do centro mais dinâmico do capitalismo, através da integração de áreas que oferecem perspectivas lucrativas, resultando em novas dinâmicas para os espaços eleitos, reafirmando o controle sobre áreas homogêneas pela consolidação do mercado e, também, mantendo outros tantos espaços quase que excluídos do processo econômico

²⁰ Considerando que as cidades são facilitadoras do acesso aos serviços e mercadorias e representam uma miríade de possibilidades que atraíram bilhões de moradores, sendo que desde a revolução industrial o grau de urbanização continua aumentando em praticamente todo o planeta.

por não apresentarem nada de significativo para exploração. Lemos explica, de acordo com a proposição de Henderson:

De acordo com Henderson (1974), a explicação para diferentes tamanhos de cidades em um sistema urbano deve-se ao papel de cada uma delas na produção de bens e serviços. À medida que as economias externas de escala são específicas de atividades particulares, cada cidade tende a se especializar em poucas atividades, que requerem, por sua vez, escalas mínimas de tamanho urbano eficientes e diferenciadas (LEMOS *et al.*, 2003, p. 668).

A geração de dados e informações permite o conhecimento das relações sociais e da dinâmica territorial, que vai se estabelecendo e consolidando em consonância com a movimentação dos capitais, bem como evidencia as mudanças nos papéis de algumas cidades que ganharam *status*, ascendendo hierarquicamente a partir da criação ou intensificação de relações ao longo da rede, e demonstra permanências e heterogeneidades do processo de configuração e reconfiguração das cidades e regiões do Rio Grande do Norte. Sobre a hierarquia dos sistemas urbanos, salienta Lemos:

Ao mesmo tempo, do ponto de vista intra-regional, podem se desenvolver lugares centrais diferenciados, por ordem de tamanho e funcionalidade na oferta de bens, de maneira a se conformar sistemas urbanos hierarquizados. Configura-se, assim, uma hierarquia nodal urbana, formada pelo centro de maior tamanho, que exerce a função de suprir serviços especializados a centros menores em seu entorno, especialmente os serviços ofertados para o setor produtivo regional, que exigem uma escala urbana mínima relativamente elevada (LEMOS *et al.*, 2003, p. 668).

O florescimento das cidades polarizadoras no interior do Rio Grande do Norte se deu, quase sempre, pela expansão comercial, que assegurou a diferenciação e, a partir de tal ponto, reafirmou o comando de alguns polos no processo de acumulação de base mercantil, cujo predomínio acabou por moldar a estrutura produtiva intrarregional vigente. Assim, os centros regionais polarizadores se destacam em relação ao entorno formado por muitas cidades pequenas com baixíssimo dinamismo econômico (dependentes de transferências intergovernamentais).

O padrão espacial de acumulação resultante facilita a atração de investimentos (públicos e privados) para os polos regionais e contribui para a consolidação e hipertrofia do setor terciário como elemento caracterizador da economia. A perda de participação relativa do setor primário, em virtude do recrudescimento da seca e da incapacidade demonstrada pelas políticas públicas de modificar o cenário. e a quase irrelevância do setor industrial sugerem que os planos de desenvolvimento idealizados não lograram êxito e é provável que tenham contribuído para ampliar os desequilíbrios intrarregionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a época colonial, o projeto era assegurar a dominação que uns poucos privilegiados exerciam sobre a massa, assegurando-lhes a geração de lucros, com menor custo possível, em

conformidade com o comando exercido pelo capital mercantil. A herança colonial se faz presente ao longo da história econômica potiguar nas estruturas montadas e nas estratégias perseguidas pela elite.

A dominação exercida pela elite econômica do Rio Grande do Norte, associada, na maioria das vezes, às estratégias dos capitais de fora, até o momento serviu para a manutenção das oligarquias e para assegurar o controle dos benefícios provenientes das esferas públicas. A dominação política, legitimada pelo controle dos meios de produção, permitiu a captura dos órgãos públicos para a viabilização de seus interesses. Associando-se aos capitais externos os membros da elite potiguar captaram boa parte dos recursos (advindos da SUDENE ou do Banco do Nordeste do Brasil), destinados à instalação das poucas indústrias. Também se constituíram nos maiores beneficiários das obras de estruturação hídrica (a famosa indústria da seca persiste a todo vapor) e continuaram a merecer tratamento diferenciado e privilegiado na obtenção de desonerações tributárias (“guerra fiscal”), subsídios e acesso ao crédito mais barato.

Reconhecendo-se os macroprocessos, se compreende que a intensificação das relações através dos fluxos de mercadorias, serviços e recursos financeiros entre o território objeto e o centro é sinal inequívoco de que o processo de homogeneização já se faz presente, mas as consequências e repercussões não se expressam da mesma forma nas diversas frações dos territórios em que se instala.

Registre-se que a inserção subordinada do estado do Rio Grande do Norte é marcante desde o início da ocupação territorial por parte do conquistador português, cujo caráter exploratório de riquezas resultou na montagem de uma estrutura produtiva voltada ao interesse do capital mercantil. As tentativas dos governos, de alterações substanciais das estruturas, não lograram êxito, pois se sobrepôs o interesse dos capitais de fora do estado, associado às estratégias da elite local, de realizar a acumulação mercantil, reservando-se algum dinamismo para segmentos econômicos específicos, quase sempre atrelados às exportações e controlados por capitais externos, bem como o papel mais destacado de algumas cidades do interior, que assumiram, ao longo do tempo, a função de *locus* facilitador do processo de acumulação capitalista, tanto pela aceleração da rotação de capitais, como pela capacidade de atrair alguns investimentos públicos e privados.

O diferencial econômico existente em favor dos centros regionais não sugere a perspectiva de irradiação para os entornos, mas uma tendência de concentração puxada pelo setor terciário, incapaz de permitir o espraiamento e limitando o alcance da expansão econômica dos centros regionais potiguares, posto que tais centros polarizam pequenas cidades com baixíssimo dinamismo (dependentes de transferências intergovernamentais), tornando-se plausível afirmar que polarizam a pobreza ao reunirem algumas condições mais satisfatórias (oferta de serviços públicos, comércio mais sofisticado e serviços privados especializados), mas os rebatimentos econômicos nos referidos centros tendem à reafirmação dos desequilíbrios.

Num sentido estrito o poder de dominação exercido a partir do centro não impede que avanços ocorram nas áreas mais afastadas e nas circunstâncias mais improváveis, principalmente porque a irrelevância econômica não desperta a atenção e nem requer o controle direto do grande capital e, assim,

a autonomia aparente das coletividades urbanas diante das oportunidades para realização de suas potencialidades é a contra face facilitadora do controle exercido pelo capital em sua inexorável jornada monopolizadora.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR JÚNIOR, J. S. *Perfil econômico do Rio Grande do Norte*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2002.
- ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ARAÚJO, D. da S. *Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006)*. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2009.
- BARBOSA, J. R. de A. *Planejamento territorial e modernizações seletivas. A expansão do meio técnico-científico-informacional no Rio Grande do Norte, Brasil*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.
- BELTRÃO, N. E. de M. *Breve História do Algodão no Nordeste do Brasil*. Campina Grande: Centro Nacional de Pesquisa de Algodão - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2003.
- BEZERRA, J. A. Urbanização regional: as cidades de Mossoró e Pau dos Ferros no Oeste Potiguar. In: ALBANO, G. P; FERREIRA, L. da S; ALVES, A. de M. (org.). *Capítulos de geografia do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 2013. p. 83-113.
- BRANDÃO, C. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- BRASIL. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Recife: SUDENE, 1967.
- CLEMENTINO, M. do L. M. *Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70*. Natal: UFRN-CCHLA, 1995.
- DANTAS, J. R. Q; SILVA, F. S. B. A (re) organização sócio-espacial no Rio Grande do Norte e suas implicações para o Alto Oeste: particularidades sobre Pau dos Ferros. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, ano XIII, n. 24, p 35-44, dez. 2011.
- DANTAS, J. R. Q. *As cidades médias no desenvolvimento regional: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2014.
- FELIPE, J. L. A. *Rio Grande do Norte: uma leitura geográfica*. Natal: Ed. da UFRN, 2010.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.
- IBGE. Diretoria de Geociências. Coordenação de Geografia. *Regiões de influência das cidades*, 2007. 2008. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2017.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013.* Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=240940&search=rio-grande-do-norte%7Cpau-dos-ferros%7Cinphographics:-history&lang=>. Acesso em: 20-02-2016.

IBGE. *Contas Regionais do Brasil (2011-2014).* 2016. Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/0cb45c9b-8311-4453-ad9d-b813f53169fd/resource/5be3d130-f0ce-4e36-b906-b6102040fa23/download/pibpmbase2010semformula.xlsx>. Acesso em: 06 jun. 2017.

IICA. *Plano de desenvolvimento sustentável da região do Alto Oeste: Diagnóstico.* v.2. Natal: IICA, 2006.

LAPA, J. R. do A. *O antigo sistema colonial.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

LEMOS, M. B. *et al.* A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 665-700, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ee/v33n4/v33n4a03.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2017.

NUNES, E. M.; FILIPPI, E. E.; GODEIRO, K. F. Agronegócio, Estado e Meio Ambiente na Economia Potiguar: uma visão crítica. III ENCONTRO DA ANPPAS. *Anais.* Brasília-DF, p. 187-223, 2006. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA305-11042006-161805.PDF. Acesso em: 02 jun. 2017.

NUNES, E. M.; SCHNEIDER, S. Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no Nordeste: a diversificação da agricultura familiar do Polo Açú-Mossoró (RN). *Revista Econômica do Nordeste*, v. 44, n. 3, p. 601-626, 2016. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producao textual/sergio-schneider/schneider-s-nunes-e-m-reestruturacao-agricola-instituicoes-e-desenvolvimento-rural-no-nordeste-a-diversificacao-da-agricultura-familiar-do-polo-acu-mossoro-rn-revista-economica-do-nordeste-2013-ren-fortaleza-ce-volume-43-no-4-2012>. Acesso em: 02 jun. 2017.

SANTOS, P. P. dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI): 500 anos da história econômica do Rio Grande do Norte.* Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2002.

SILVA, M. R. C. S. da; AQUINO, J. R. de. Subdesenvolvimento humano com abundância de riqueza: O caso dos “Municípios Petrorrentistas” do Rio Grande do Norte. *Revista GeoNordeste*, n. 1, p. 71-91, 2016. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/4572/pdf>. Acesso em: 02 jun. 2017.

SOUZA, A. de. Traduzir a literatura de viagem francesa ao Brasil quinhentista: relato de uma experiência. *Cultura e Tradução*, v. 3, n. 1, p. 420-429, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/ADM/Downloads/21562-43793-1-PB.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2017.

VEIGA, J. E. da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.* Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Data de submissão: 26/11/2018

Data de aprovação: 12/08/2019